

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1 CONTEXTO OPERACIONAL	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO	11
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	20
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
6 CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS	21
7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	22
8 PARTES RELACIONADAS	22
9 IMOBILIZADO	24
10 INTANGÍVEL	25
11 FORNECEDORES	26
12 DEBÊNTURES	26
13 USO DO BEM PÚBLICO – UBP	27
14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	28
15 PROVISÃO PARA LITÍGIOS	28
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31
18 CUSTO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	31
19 RESULTADO FINANCEIRO	32
20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
21 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	34
22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	36
23 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	38
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	94.537	14.580	Fornecedores	11	11.557	8.992
Contas a receber de concessionárias	6	41.063	32.279	Salários, provisões e contribuições sociais		1.020	846
Despesas pagas antecipadamente		345	342	Imposto de renda e contribuição social	14.1	32.199	24.700
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.170	1.088	Impostos a recolher	14.2	3.598	2.895
Outros créditos		<u>132</u>	<u>73</u>	Debêntures	12	106.008	105.718
				Dividendos	16	184.623	60.570
				Provisão para litígios	15	-	55
Total do ativo circulante		<u>138.247</u>	<u>48.362</u>	Encargos setoriais		1.615	4.841
Outros créditos		10.594	11.759	Uso do bem público (UBP)	13	16.212	12.573
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	2.808	Outras obrigações		<u>24.365</u>	<u>16.184</u>
Imobilizado	9	638.791	672.607	Total do passivo circulante		<u>381.197</u>	<u>237.374</u>
Intangível	10	<u>129.079</u>	<u>68.241</u>	Impostos diferidos	20	57.839	30.778
Total do ativo não circulante		<u>778.464</u>	<u>755.415</u>	Debêntures	12	-	105.531
				Provisão para litígios	15	11	-
				Encargos Setoriais		11.996	10.940
				Uso do bem público (UBP)	13	<u>141.118</u>	<u>112.055</u>
				Total do passivo não circulante		<u>210.964</u>	<u>259.304</u>
				Patrimônio Líquido	16		
				Capital social		120.000	120.000
				Reservas de Lucros		120.000	98.422
				Dividendos Adicionais propostos		<u>84.550</u>	<u>88.677</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>324.550</u>	<u>307.099</u>
Total do ativo		<u>916.711</u>	<u>803.777</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>916.711</u>	<u>803.777</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	17	355.675	291.163
Custos dos serviços de energia elétrica	18	<u>(103.827)</u>	<u>(70.622)</u>
Resultado bruto		<u>251.848</u>	<u>220.541</u>
Despesas operacionais		<u>(1.292)</u>	<u>(1.814)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>250.556</u>	<u>218.727</u>
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		4.772	3.253
Despesas financeiras		<u>(42.868)</u>	<u>(43.950)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(38.096)</u>	<u>(40.697)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>212.460</u>	<u>178.030</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20	(43.894)	(34.558)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20	<u>(27.062)</u>	<u>(25.236)</u>
Resultado do exercício		<u><u>141.504</u></u>	<u><u>118.236</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	141.504	118.236
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>141.504</u></u>	<u><u>118.236</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	120.000	24.000	74.422	79.101	-	297.523
Resultado do exercício	-	-	-	-	118.236	118.236
Destinações:					(29.559)	(29.559)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais exercício 2019 aprovado (AGO 27/03/2020)	-	-	-	(79.101)	-	(79.101)
Dividendos adicionais propostos - Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	88.677	(88.677)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.000	24.000	74.422	88.677	-	307.099
Dividendos adicionais exercício 2020 aprovado (AGO 27/03/2021)	-	-	-	(88.677)	-	(88.677)
Resultado do exercício	-	-	-	-	141.504	141.504
Destinações:					(35.376)	(35.376)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(35.376)	(35.376)
Reserva de retenção de lucros	-	-	21.578	-	(21.578)	-
Dividendos adicionais propostos - Lucros a disposição da assembleia	-	-	-	84.550	(84.550)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.000	24.000	96.000	84.550	-	324.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	212.460	178.030
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	41.842	46.400
Juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos e debêntures	9.464	9.340
Juros e variação monetária com UBP	32.795	33.982
Provisão para litígios	(44)	55
Repactuação do risco hidrológico	(50.380)	(46.484)
Provisão para perda ao valor recuperável	2.808	-
Atualização de Selic de PeD	114	91
Apropriação de despesa antecipada (GSF)	-	3.617
Custos de captação incorporados ao resultado	469	469
	<u>249.528</u>	<u>225.500</u>
Variações em :		
Contas a receber de concessionárias	(8.784)	7.017
Despesas pagas antecipadamente	(3)	(22)
Impostos a recuperar	(1.637)	(45)
Outros créditos	1.106	(1.328)
Fornecedores	2.565	(6.543)
Encargos Setoriais	(2.284)	464
Salários, provisões e contribuições sociais	174	(53)
Outras obrigações	8.180	13.755
Impostos e contribuições sociais a recolher	703	(602)
	<u>249.548</u>	<u>238.143</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>249.548</u>	<u>238.143</u>
Juros pagos por debêntures	(9.174)	(9.739)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35.840)	(44.161)
	<u>204.534</u>	<u>184.243</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>204.534</u>	<u>184.243</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(3.578)	(2.130)
	<u>(3.578)</u>	<u>(2.130)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(3.578)</u>	<u>(2.130)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	-	(82.367)
Pagamento de debêntures	(106.000)	(106.000)
Pagamento de UBP	(14.999)	(12.306)
	<u>(120.999)</u>	<u>(200.673)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(120.999)</u>	<u>(200.673)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	79.957	(18.560)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.580	33.140
	<u>94.537</u>	<u>14.580</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>94.537</u>	<u>14.580</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 11 de janeiro de 2001, que tem por objeto a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos nas usinas Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho ("Usinas") e a exploração de atividades correlatas e auxiliares à implantação e exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações. Observadas as normas regulamentares aplicáveis. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Lauro Linhares, 2010, Torre B, Sala 101, Edifício Comercial São Francisco, Trindade, CEP 88036-002, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

A Companhia detém a concessão para exploração do potencial energético das Usinas até 15 de março de 2036, e nos termos da Lei 9.427 de 26 de dezembro de 1996 podendo ser prorrogada por mais 35 anos a depender da aprovação do órgão regulador, conforme Contrato de Concessão nº 8, de 15 de março de 2001, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.338, 1.313 e 1.331 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 13/11/2039 para 14 de Julho, 19/10/2039 para Castro Alves e 06/11/2039 para Monte Claro.

As Usinas localizam-se nos municípios de Bento Gonçalves, Cotiporã, Veranópolis, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Antônio Prado, Pinto Bandeira e Flores da Cunha, todos no Rio Grande do Sul, com uma potência instalada total de 360MW.

Do total investido na implantação das Usinas, 35% foram financiados com recursos dos acionistas e 65% com recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e de seus agentes financeiros. O financiamento junto ao BNDES foi liquidado em dezembro de 2017, com recursos captados por meio da emissão de debêntures mencionada na nota explicativa nº 12.

A Usina Hidrelétrica ("UHE") Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a segunda unidade geradora. A energia assegurada da UHE Monte Claro é de 56 MW médios, da UHE Castro Alves é de 62 MW médios e da UHE 14 de Julho é de 48 MW médios.

No decorrer de 2002 e de 2003 foram firmados contratos de fornecimento de energia elétrica (PPAs) com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e com empresas do grupo CPFL. O contrato com a CEEE-GT encerrou em 07/07/2015 e esta energia foi contratada com terceiros no ambiente de regulação livre (CCEALs - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre) em 2015. Em 2005, parte da energia assegurada das Usinas foi vendida em Leilão para fornecimento a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos CCEARs

(Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado). Os contratos PPAs, CCEARs e CCEALs garantem a colocação no mercado da totalidade da energia assegurada das usinas integrantes do Complexo Energético Rio das Antas (“Complexo Ceran”). Os contratos com as empresas do Grupo CPFL terminam entre 2027 e 2036 e os CCEARs terminam em 2036. Tais contratos encontram-se devidamente homologados/registrados pela ANEEL e CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, segundo normativos vigentes para o Setor Elétrico Brasileiro.

Efeito liminar

Através do Despacho nº 2.333, de 27/08/2019, a ANEEL acatou os termos da Liminar decorrente de Ação Proposta que solicitava a aplicação dos efeitos dos novos valores de Garantia Física de energia da Usina CERAN, decorrentes da Portaria MME nº 178, de 03/05/2017: (i) alteração do preço necessário ao reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro dos contratos com as distribuidoras CPFL Paulista e Piratininga, com aprovação dos Termos Aditivos submetidos e (ii) Ajuste do Termo de Repactuação do Risco Hidrológico, com redução do montante repactuado. Foi concedido efeito retroativo desde janeiro de 2018 e determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizasse as recontabilizações desde o período mencionado, ocasionando entradas de caixa para Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado o montante de R\$21.425 (R\$15.999 em 31 de dezembro de 2020) em outras obrigações no passivo circulante referente aos adiantamentos efetuados pela CCEE, sendo o total da conta Outras Obrigações no passivo circulante de R\$24.362 (R\$16.184 em 31 de dezembro de 2020).

Contrato de concessão

O Contrato de Concessão, assinado em 15 de março de 2001, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigência por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de uso do bem público - UBP (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R\$ 3.200, o qual são atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M é de R\$ 16.212 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12.573 em 31 de dezembro de 2020). Os valores são pagos mensalmente, desde abril de 2007. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.338 , 1.313 e 1.331 dias e o novo prazo de encerramento de concessão será 13/11/2039, 19/10/2039 e 06/11/2039 para 14 de Julho, Castro Alves e Monte Claro, respectivamente. Durante o prazo de extensão, serão mantidas as condições originais do contrato de concessão e o pagamento do uso do bem público – UBP será efetuado nas mesmas condições.

Repactuação do risco hidrológico – Extensão do prazo de concessão

Em 08 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei do GSF (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, sendo que a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE ocorreu por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em

operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Dessa forma, a Companhia efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e reconheceu em dezembro de 2020 o montante de R\$46.484 como Direito de extensão de concessão no intangível em contra partida aos Custos dos Serviços de Energia Elétrica na demonstração do resultado do exercício bem como os impactos dos impostos diferidos, em março de 2021 após a confirmação do período de extensão e dos valores pela CCEE, foi necessário complementar o saldo registrado em R\$ 1.331, totalizando R\$ 47.815 em 31 de março de 2021.

Em 12 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182 que alterou a Lei 13.203/15 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico para os contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

Em 17 de setembro de 2021 foi publicada a resolução homologatória 2.932/21 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo os efeitos do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Em função dessa resolução, em setembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento complementar do montante de R\$ 49.049 como Direito de Extensão de Concessão no Intangível em contrapartida aos Custos dos Serviços de Energia Elétrica na demonstração do resultado do exercício bem como os impactos dos impostos diferidos.

O montante total reconhecido no intangível como Direito de Extensão de Concessão é de R\$96.864, equivalente a 44 meses de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerrará em 06/11/2039 para Monte Claro, 19/10/2039 para Castro Alves e 13/11/2039 para 14 de Julho.

Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE assim como, com base nas regras de cálculo constantes na resolução normativa ANEEL nº 895/20 e prazos de extensão divulgados na resolução homologatória 2.932/21.

Para mais informações sobre os impactos nas demonstrações financeiras vide notas explicativas nº 10 e 18.

1.2 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 242.950 (R\$ 189.012 em 31 de dezembro de 2020).

Ressalta-se que o ativo circulante é representado basicamente pelo contas a receber que possui

um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto as principais rubricas do passivo circulante são as debêntures a pagar no montante de R\$106.008 que possui vencimento em dezembro de 2022 e os dividendos a pagar no montante de R\$ 184.624 que não possuem vencimento e serão liquidados de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, portanto, o capital circulante negativo apresentado é momentâneo e será solucionado naturalmente através do caixa gerado pelas operações da Companhia que em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 204.536 (R\$ 184.246 em 31 de dezembro de 2020).

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 07 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial:**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo,

acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado

período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo
O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a

Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui qualquer montante de perdas a ser registrado sobre os recebíveis de clientes tendo em vista a natureza dos mesmos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa no 674/15, emitida pela ANEEL, as quais na avaliação da Administração da Companhia refletem a vida útil dos bens, sendo aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2015, limitadas ao prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas pela administração após a extensão dos prazos de concessão descritos na nota 1.1, são as seguintes:

	Anos
Terrenos	34,32
Reservatórios, barragens e adutoras	34,10
Edificações, obras civis e benfeitorias	35,70
Máquinas e equipamentos	31,38
Veículos	7
Móveis e utensílios	16

d. Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é segregado pela contraprestação de pagamentos para a União a título de uso do bem público – UBP e pelas novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica de acordo com a Lei nº 14.052/20. O registro da obrigação relacionada ao uso do bem público – UBP teve como contrapartida a conta do ativo intangível. O prazo de amortização será do 7º ao 35º ano de concessão.

O registro do intangível relacionado a Lei 14.052/20 corresponde a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial de suas contas a receber são com partes relacionadas, que tem compromissos de não deixar a Companhia sem recursos para pagar suas despesas operacionais e o serviço da dívida. Tais obrigações estão dispostas no Acordo de Acionistas. O saldo remanescente do constas a receber, refere-se a recebíveis dos contratos de venda de energia no ambiente regulado e ambiente livre, os quais, também não possuem histórico de inadimplência.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado deve ser deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro deve ser baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia deve adotar a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia deve fazer uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não deve esperar nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

g. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

i. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

j. Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.

k. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A Resolução ANEEL no 67, de 22 de fevereiro de 2001 determinou que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 6,75% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União. Em 17 de novembro de 2016, através da Lei 13.360, Artigo 3º, esse percentual foi alterado para 7%.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de

apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente;
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
3. Determinar o preço das transações;
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR, assim como através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEAL. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p. Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma nova norma foi efetivada a partir de 1º de janeiro de 2021 e não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16) que entrou na fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

q. Novas normas ou interpretações ainda não efetivadas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados.

Estimativas e julgamentos da Companhia:

- Imobilizado: aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- Partes relacionadas: apresentação e divulgação das transações envolvendo partes relacionadas;
- Ajuste a valor presente do saldo do Uso do Bem Público UBP.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Contas Bancárias à Vista	675	36
Equivalentes de Caixa	<u>93.862</u>	<u>14.544</u>
	<u>94.537</u>	<u>14.580</u>

Os Certificados de Depósito Bancário registrados em equivalentes de caixa são remunerados às taxas que variam entre 99% a 103% (95% a 103% em 31 de dezembro de 2020) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

6 Contas a receber de Concessionárias

	31/12/2021	31/12/2020
Companhia Paulista de Força e Luz	14.872	11.344
Companhia Piratininga de Força e Luz	7.971	6.384
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	363	543
CPFL Comercialização Brasil S.A.	983	798
CPFL Geração	5.436	-
Outros Clientes (Edital de Leilão nº. 002/2005-ANEEL e contratações no ambiente livre)	9.175	11.281
CCEE	<u>2.263</u>	<u>1.929</u>
	<u>41.063</u>	<u>32.279</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as políticas da Companhia.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Retido na Fonte	868	565
PIS	232	93
Cofins	1.070	430
ICMS (a)	-	2.808
	<u>2.170</u>	<u>3.896</u>
Circulante	2.170	1.088
Não circulante	-	2.808
	<u>2.170</u>	<u>3.896</u>

- (a) A Companhia possui créditos fiscais de ICMS no valor de R\$ 3.292 que foram originados das operações de compra de equipamentos, apresentados no ativo não circulante líquidos da provisão para deságio no montante de R\$ 484. Esses créditos poderão ser realizados, após a homologação do Estado, através de transferências em favor de estabelecimentos fornecedores ou de concessionárias fornecedores de energia elétrica estabelecidos no Estado do Rio Grande do Sul, observados os limites do disposto no artigo n°. 59 do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Devido à ausência de expectativa de recuperabilidade dos valores, em abril de 2021 a Companhia optou por constituir uma provisão para perda do montante.

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro abaixo por respectivos tipos de operações.

	Ativo		Resultado			
	Contas a receber de Concessionárias		Venda de energia		Despesas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empresas do Grupo CPFL (*)	29.262	18.526	318.389	223.210	32	1
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	363	543	3.898	4.451	-	-
Central de Serviços Compartilhados S.A. (**)	-	-	-	-	2.067	1.977
Total	<u>29.625</u>	<u>19.069</u>	<u>322.287</u>	<u>227.661</u>	<u>2.099</u>	<u>1.978</u>

(*) Companhia Paulista de Força e Luz; Companhia Piratininga de Força e Luz; CPFL Comercialização Brasil S.A.; CPFL Geração; Rio Grande Energia, os contratos têm vigência de acordo com o prazo de concessão.

(**) Prestação de serviços contábeis, financeiros e administrativos.

A seguir as informações dos contratos de fornecimento de energia celebrados com partes relacionadas:

Cliente	Tipo de Contrato	Vigência	Energia contratada anual (MWh)	Preço por MWh em 31/12/2021	Índice de atualização
CPFL PAULISTA	PPA	29/12/2004 à 19/11/2027	424.211,49	413,88	IGP-M
CPFL PIRATININGA	PPA	29/12/2004 à 31/12/2027	212.106,38	443,55	IGP-M
CPFL BRASIL	PPA	01/11/2005 à 31/12/2027	45.157,27	257,04	IGP-M
CPFL GERAÇÃO	PPA	01/01/2021 à 31/12/2021	415.224,00	154,15	IPCA
CPFL JAGUARI (Leste Paulista)	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	4,94	261,30	IPCA
CPFL PAULISTA	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	13,13	263,72	IPCA
CPFL PIRATININGA	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	82,01	276,24	IPCA
CPFL JAGUARI (STA CRUZ D)	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	963,86	261,29	IPCA
CEEE	CCEAR	01/01/2010 à 31/12/2039	11.038,51	279,69	IPCA

8.1 Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 236 (R\$ 214 em 31 de dezembro de 2020).

8.2 Prestação de serviço de partes relacionadas

Em 1º de abril de 2016 foi assinado contrato com a CSC Serviços Compartilhados S.A. para a execução de serviços financeiros, contábeis, gestão das condicionantes ambientais, da documentação, de compras, recursos humanos e de programa de pesquisa e desenvolvimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 2.067 (R\$ 1.977 em 31 de dezembro de 2020).

9 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro 2019	<u>15.644</u>	<u>274.658</u>	<u>191.106</u>	<u>232.136</u>	<u>158</u>	<u>57</u>	<u>1.307</u>	<u>715.066</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	2.094	2.094
Transferência para serviço	-	571	578	1.385	-	38	(2.572)	-
Reclassificação	-	-	(23)	5	-	-	18	-
Depreciação	<u>(1.231)</u>	<u>(18.299)</u>	<u>(12.243)</u>	<u>(12.759)</u>	<u>(28)</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>(44.553)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>14.413</u>	<u>256.930</u>	<u>179.418</u>	<u>220.767</u>	<u>130</u>	<u>102</u>	<u>847</u>	<u>672.607</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	3.578	3.578
Transferência para serviço	-	563	118	606	189	1	(1.477)	-
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	(134)	(134)
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	<u>(817)</u>	<u>(13.708)</u>	<u>(9.786)</u>	<u>(12.891)</u>	<u>(35)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>(37.260)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>13.596</u>	<u>243.785</u>	<u>169.750</u>	<u>208.482</u>	<u>284</u>	<u>80</u>	<u>2.814</u>	<u>638.791</u>
Taxa de depreciação - % a.a.	2,90	3,56	3,85	5,50	14	6,25		
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo	26.127	465.949	340.664	413.771	407	924	2.814	1.250.656
Depreciação acumulada	<u>(12.531)</u>	<u>(222.164)</u>	<u>(170.914)</u>	<u>(205.289)</u>	<u>(123)</u>	<u>(844)</u>	<u>-</u>	<u>(611.865)</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>13.596</u>	<u>243.785</u>	<u>169.750</u>	<u>208.482</u>	<u>284</u>	<u>80</u>	<u>2.814</u>	<u>638.791</u>

Conforme artigos nº. 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº. 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2021, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

10 Intangível

	Uso do Bem Público	Direito de extensão de concessão REH 2932/21 (*)	Licenças de Uso de Softwares e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>23.065</u>	<u>-</u>	<u>496</u>	<u>23.561</u>
Adições	-	46.484	36	46.520
Amortização	<u>(1.419)</u>	<u>-</u>	<u>(421)</u>	<u>(1.840)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>21.646</u>	<u>46.484</u>	<u>111</u>	<u>68.241</u>
Adições	14.906	50.380	134	65.420
Amortização	<u>(1.463)</u>	<u>(3.440)</u>	<u>321</u>	<u>(4.582)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>35.089</u>	<u>93.424</u>	<u>566</u>	<u>129.079</u>

- (*) A Companhia registrou em dezembro de 2020 o montante de R\$46.484 como direito de extensão de concessão oriundo a repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrados do Ambiente de Contratação Livre – ACL, o valor registrado refere-se a um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão. Em março de 2021 após a confirmação do período de extensão pela CCEE e dos valores relacionados, a Companhia registrou em complemento a estimativa inicial o montante de R\$ 1.331. Em setembro de 2021 realizou-se o registro do montante de R\$ 49.049 como direito de extensão de concessão referente a repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrador do Ambiente de Contratação Regulado – ACR, para mais detalhes vide nota explicativa nº 1.1.

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada nas notas explicativas 1 e 13 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2039. O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, complementado em novembro de 2021 no montante de R\$14.906 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.1,

descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos. Os valores da amortização de UBP estão contabilizados no resultado em custos dos serviços de energia elétrica.

O ativo intangível é analisado em conjunto com o ativo imobilizado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2021, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.309	2.047
Materiais e Serviços	2.509	1.854
Compra de Energia Elétrica	<u>6.739</u>	<u>5.091</u>
	<u>11.557</u>	<u>8.992</u>

12 Debêntures

	Encargos	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Primeira Série	107,75% de taxa do CDI	Dezembro de 2022	106.477	212.188
(-) Custos de Transação a Amortizar			<u>(469)</u>	<u>(939)</u>
			<u>106.008</u>	<u>211.249</u>
Circulante			106.008	105.718
Não Circulante			-	105.531

Foi aprovada em AGE realizada em 27 de novembro de 2017 a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no montante de R\$ 530.000, divididas em duas séries: sendo 318.000 debêntures da primeira série e 212.000 debêntures da segunda série.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

Manter o Índice Financeiro (Dívida Financeira Líquida/ EBITDA), verificado semestralmente, menor ou igual a 3,0 vezes, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado nos casos de não atingimento por 2 (duas) vezes consecutivas. A Companhia está atingindo os referidos índices financeiros medidos e as exigências qualitativas previstas em contrato em 31 de dezembro de 2021.

A amortização do valor principal ocorrerá anualmente, em três parcelas anuais e consecutivas para a primeira série, com início em 15 de dezembro de 2018 e duas parcelas anuais e consecutivas e para a segunda série, com início em 15 de dezembro de 2021.

Os recursos oriundos das debêntures ingressaram no caixa da Companhia em 27 de dezembro de 2017. Abaixo a movimentação das debêntures em 31 de dezembro de 2021:

	Encargos	Principal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>585</u>	<u>316.594</u>	<u>317.179</u>
Custos de Captação incorporados ao resultado	-	469	469
Encargos	9.340	-	9.340
Amortização	<u>(9.739)</u>	<u>(106.000)</u>	<u>(115.739)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>186</u>	<u>211.063</u>	<u>211.249</u>
Custos de Captação incorporados ao resultado	-	469	469
Encargos	9.464	-	9.464
Amortização	<u>(9.174)</u>	<u>(106.000)</u>	<u>(115.174)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>476</u>	<u>105.532</u>	<u>106.008</u>

A garantia dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia é no montante de, no mínimo, 120% do saldo devedor atualizado das debêntures.

13 Uso do bem público – UBP

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Uso do Bem Público	16.212	12.573
Não circulante		
Uso do Bem Público	<u>141.118</u>	<u>112.055</u>
	<u>157.330</u>	<u>124.628</u>
Movimentação	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	<u>124.628</u>	<u>102.952</u>
Adições	14.906	-
Encargos	32.795	33.982
Amortização	<u>(14.999)</u>	<u>(12.306)</u>
Saldo no final do período	<u>157.330</u>	<u>124.628</u>

Em 31 de dezembro de 2021 as parcelas do não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

2023	16.212
2024	16.212
2025 a 2036	108.694
	<u>141.118</u>

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2039, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em fevereiro de cada ano (valor anual de R\$ 3.200 na base outubro/2000). O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M, e o ajuste a valor presente foi efetuado com base na taxa de desconto de 9,64%. Em novembro de 2021, foi registrado um complemento no montante de R\$14.906 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

14 Impostos e contribuições a recolher

14.1 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	24.600	18.946
Contribuição Social	7.599	5.754
	<u>32.199</u>	<u>24.700</u>

14.2 Impostos a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
PIS	610	462
COFINS	2.816	2.131
Tributos Federais Retidos na Fonte	149	117
Tributos Estaduais Retidos na Fonte	9	159
Tributos Municipais Retidos na Fonte	14	26
	<u>3.598</u>	<u>2.895</u>

15 Provisão para litígios

A Companhia possui provisionado como contingências o montante de R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2020), avaliadas pelos assessores jurídicos com risco provável de perda. No processo de análise das causas efetuado pela Administração da Companhia e seus consultores jurídicos foi considerada a real configuração de contingência, assim como foi avaliado o risco financeiro envolvido.

Contudo, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	180	9
Cíveis (b)	25	98.190
Tributária (a)	<u>88.342</u>	<u>24.173</u>
	<u>88.547</u>	<u>122.372</u>

- (a) Refere-se aos questionamentos dos pedidos de compensação (PER/DCOMP), apresentados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, visando à compensação de débitos de PIS e COFINS de diversos períodos, em decorrência de alteração no regime de tributação do PIS e COFINS, anteriormente efetuado pela não cumulatividade, sendo passado para cumulatividade. O incremento de 64 milhões em relação ao período anterior se refere a cobranças de Imposto de Renda e Contribuição Social de 2015 e 2016, cujo pedidos de compensação (PER/COMP) não foram homologados.
- (b) Em dezembro de 2021 ocorreu uma decisão favorável de valor relevante, referente a discussão judicial que tratava de diferenças relacionadas a execução das obras civis de implantação do Complexo Energético Rio das Antas.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 120.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, e sua composição é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
CPFL Geração de Energia S.A.(b)	78.000	78.000
CEEE GT-RS Companhia Estadual de Geração de Energia (a)	-	36.000
CEEE G Companhia Estadual de Geração de Energia (a)	36.000	6.000
Statkraft Energias Renováveis S.A.	<u>6.000</u>	<u>-</u>
	<u>120.000</u>	<u>120.000</u>

- (a) Em 22 de setembro de 2021, a CEEE GT-RS Companhia Estadual de Geração de Energia transferiu sua participação acionária para a CEEE G – Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica, conforme registro no livro de ações.
- (b) A CPFL Geração de Energia S.A é a acionista que detém maior participação societária da Companhia com 65% de participação e sua acionista majoritária em última instância é a State Grid Corporation of China.

16.2 Reservas de lucros

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O limite de 20% de reserva legal foi atingido em 2017 e não houve constituição de reserva em 2021.

Retenção

A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais.

16.3 Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.277
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios	(26.367)
Pagamento distribuição dividendos acima do mínimo obrigatório	(56.000)
Dividendos adicionais propostos 2019	79.101
Dividendos mínimos propostos 2020	29.559
Saldo em 31 de dezembro de 2020	60.570
Dividendos adicionais propostos exercício 2020 aprovados em AGO 20/04/2021	88.677
Dividendos mínimos propostos 2021	35.376
Saldo em 31 de dezembro de 2021	184.623

16.4 Dividendos adicionais propostos

A Companhia encaminhou para aprovação do Conselho de Administração e posteriormente para deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a proposta de pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2021, no valor de R\$ 84.550 (R\$ 88.677 em 31 de dezembro de 2020).

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO.

Em assembleia geral realizada no dia 20 de abril de 2021 a Companhia aprovou, a proposta de pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2020, no valor de R\$88.677.

17 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta		
Receita de Operações com Energia Elétrica	404.812	331.464
Outras receitas	81	9
Total receita bruta	404.893	331.473
Deduções		
(-) PIS	(6.627)	(5.431)
(-) COFINS	(30.524)	(25.013)
(-) ICMS	(821)	(1.335)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.564)	(2.926)
Taxa de Fiscalização	(1.189)	(1.101)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(6.493)	(4.504)
Total deduções	(49.218)	(40.310)
Total receita líquida	355.675	291.163
Receita de operações de energia elétrica em MWh	31/12/2021	31/12/2020
Energia comercializada	1.410.745	1.338.493

18 Custo dos serviços de energia elétrica

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(7.818)	(7.086)
Administradores	(236)	-
Custo energia comprada	(53.824)	(20.424)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(24.686)	(23.071)
Materiais	(1.839)	(2.447)
Serviços de Terceiros	(11.254)	(11.089)
Arrendamentos e Aluguéis	(80)	-
Seguros	(821)	(828)
Repactuação do risco hidrológico	(12.624)	(9.707)
Provisão	(2.808)	-
(-) Repactuação risco hidrológico REH 2932/21 (*)	50.380	46.484
(-) Recuperação de Despesas	68	-
Tributos	(121)	-
Depreciação	(37.260)	(44.546)
Amortização	(4.582)	(1.847)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação	3.901	3.939
Gastos Diversos	(223)	-
	(103.827)	(70.622)

Energia Comprada para revenda em MWh	31/12/2021	31/12/2020
Energia Adquirida através de leilão no ambiente regulado	<u>71.280</u>	<u>7.440</u>

(*) A Companhia registrou o montante de R\$50.380, sendo que R\$ 1.331 é oriundo da repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrados do Ambiente de Contratação Livre – ACL e R\$ 49.049 decorrem da repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para mais detalhes vide nota explicativa nº 1.1 e 10.

19 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Receita com Aplicações Financeiras	4.511	2.086
Outras Receitas Financeiras	<u>261</u>	<u>1.167</u>
Total receitas financeiras	<u>4.772</u>	<u>3.253</u>
Despesas financeiras		
Juros debentures	(9.464)	(9.340)
Encargos sobre Uso do Bem Público - UBP	(32.795)	(33.982)
Multa e juros	(22)	(2)
Atualização Selic P&D	(114)	(91)
Outras Despesas Financeiras	(4)	(66)
Gastos com emissão de Debentures	<u>(469)</u>	<u>(469)</u>
Total despesas financeiras	<u>(42.868)</u>	<u>(43.950)</u>
	<u>(38.096)</u>	<u>(40.697)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

O saldo é composto por diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		
	Base de Cálculo	31/12/2021	Base de Cálculo	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças Temporárias					
Provisão para perda ao valor recuperável	2.808	955			
Direito de extensão de concessão (Lei 14.052/20)			96.864	32.934	15.805
Depreciação acelerada acumulada	-	-	74.496	25.861	14.973
Total Diferenças Temporárias	2.808	955	171.360	58.794	30.778
Total bruto	2.808	955	171.360	58.794	30.778
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	-	(955)	-	(955)	-
Total	2.808	-	171.360	57.839	30.778

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	212.460	178.030
Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais	(72.236)	(60.530)
Efeito dos impostos sobre:		
Despesas não dedutíveis	(112)	(118)
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	24	24
Incentivo a Projetos Sociais	321	752
PAT	15	39
Repactuação do risco hidrológico	17.129	15.805
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	10.966	9.470
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(43.894)	(34.558)
Corrente	(43.894)	(34.558)
Diferido	(27.062)	(25.236)
Alíquota efetiva	34%	34%

21 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

21.1 Análise impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia.

Em 08 de abril de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 950, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19). A Companhia opera em escala normal atendendo aos requisitos de segurança e proteção dos profissionais que atendem diretamente e indiretamente nas atividades cotidianas, e está em constante análise do desempenho do mercado para garantir a saúde financeira da Companhia. A Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes e até o presente momento não identificou nenhuma inadimplência.

21.2 Fatores de risco

21.2.1 Risco de mercado

(i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de debêntures são de longo prazo contratados com instituições financeiras, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (nota 5)	93.862	14.545
Debêntures (nota 12)	(106.008)	(211.249)
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	(157.330)	(124.628)

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, debêntures e Uso do Bem Público (UBP) sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2022 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2021) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro

de 2022. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2022.

	Exposição R\$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 5)	93.862	Baixa CDI	11,50%	10.794	8.096	5.397
Debêntures (nota 12)	(106.008)	Alta CDI	11,50%	(12.191)	(15.239)	(18.286)
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	(157.330)	Alta IGPM	5,49%	(8.637)	(10.797)	(12.956)

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas ao instrumento financeiro (Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D atualizados pela SELIC) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

(iii) **Risco de preço no fornecimento de energia**

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

21.2.2 Risco de crédito

Conforme descrito na Nota 6, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	94.537	14.580
Contas a receber de concessionárias (nota 6)	41.063	32.279
	<u>135.600</u>	<u>46.859</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contraparte, pois os principais clientes são acionistas e suas atividades são reguladas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

21.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Debêntures (nota 12)	106.008	-	106.008	-	-	-
Fornecedores (nota 11)	11.557	11.557	-	-	-	-
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	157.330	8.106	8.106	32.424	48.636	60.058
	<u>274.895</u>	<u>19.663</u>	<u>114.114</u>	<u>32.424</u>	<u>48.636</u>	<u>60.058</u>

21.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos e debêntures (Notas 12)	106.008	211.249
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(94.537)</u>	<u>(14.580)</u>
Dívida líquida (A)	<u>11.471</u>	<u>196.669</u>
Total do patrimônio líquido	<u>324.551</u>	<u>307.099</u>
Total do capital (B)	<u><u>336.022</u></u>	<u><u>503.768</u></u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	3%	39%

22 Instrumentos financeiros por categoria

22.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras (*)	5	<u>93.862</u>	<u>93.862</u>	Nível 2	<u>14.544</u>	<u>14.544</u>	Nível 2
		<u>93.862</u>	<u>93.862</u>		<u>14.544</u>	<u>14.544</u>	
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	675	675	Nível 2	36	36	Nível 2
Contas a receber de Concessionárias	6	<u>41.063</u>	<u>41.063</u>	Nível 2	<u>32.279</u>	<u>32.279</u>	Nível 2
		<u>41.738</u>	<u>41.738</u>		<u>32.315</u>	<u>32.315</u>	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Custo amortizado							
Outros Passivos Financeiros							
Fornecedores	11	11.557	11.557	Nível 2	8.992	8.992	Nível 2
Debêntures	12	106.008	106.008	Nível 2	211.249	211.249	Nível 2
Uso do bem público – UBP	13	157.330	157.330	Nível 2	124.628	124.628	Nível 2
Dividendos	16.3	<u>184.623</u>	<u>184.623</u>	Nível 2	<u>60.570</u>	<u>60.570</u>	Nível 2
		<u>459.518</u>	<u>459.518</u>		<u>405.439</u>	<u>405.439</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

23 Compromissos de longo prazo

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para Venda de Energia e demais Contratos relevantes estão demonstrados a seguir:

	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Venda de Energia	174.800	175.092	173.207	1.708.012	2.231.111
Saldos em 31/12/2021	174.800	175.092	173.207	1.708.012	2.231.111

	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
TUST - Tarifa de Uso da Transmissão	29.433	30.500	31.461	382.325	473.719
Repactuação do risco Hidrológico	14.136	14.839	15.284	112.886	157.145
Saldos em 31/12/2021	43.569	45.339	46.745	495.211	630.864



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas**
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Rio das Antas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Rio das Antas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Divulgações de transações com partes relacionadas - Venda de energia elétrica

Veja a Nota Explicativa número 8 às demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Em função dos contratos de venda de energia elétrica que são celebrados substancialmente com partes relacionadas, as operações com essas empresas relacionadas podem ser realizadas em condições e termos diferentes se comparado com operações realizadas com partes independentes, especificamente quanto a preços praticados e quanto a quantidade de energia. As divulgações de que as transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes são feitas apenas se esses termos puderem ser efetivamente comprovados. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos a divulgação de transações com partes relacionadas um principal assunto de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para divulgação das operações com partes relacionadas. Obtivemos a composição analítica das operações de venda de energia elétrica e confrontamos, com base em amostragem, as informações constantes nos contratos de venda de energia elétrica e faturas emitidas com os saldos registrados na contabilidade. Avaliamos se os preços de energia elétrica praticados com partes relacionadas estão de acordo com as condições de mercado comparando os referidos preços de energia elétrica praticados nos contratos com partes relacionadas no ambiente de contratação livre (ACL) com preços médios de energia elétrica praticados pelo mercado no mesmo ambiente (ACL).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a divulgação das transações com partes relacionadas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



William Morton Ricardo
Contador CRC 1SP239058/O-1